

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução nº 10/2014

de 14 de Fevereiro

A Educação Ambiental é constituída de processos de aprendizagem que visam a construção de uma sociedade sustentável. Para tanto, faz-se necessário recriar diversas funções e papéis – profissionais, pessoais e institucionais – desenvolvidos na sociedade para garantir um futuro melhor para as futuras gerações.

Como processo educativo que enfoca mudanças de comportamentos e atitudes dos cidadãos, incluindo a dimensão cultural e a relação com o ambiente, a Educação Ambiental se expressa através de acções que buscam envolver diversos actores sociais (empresas, organizações governamentais, organizações não governamentais e outras formas de organização social) como co-responsáveis na construção de uma sociedade sustentável.

O Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) está delineado para o período 2013-2022. Para tal, é importante criar mecanismos operacionais, para monitorar, avaliar e medir o progresso das respostas desse plano.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que se publica em anexo a presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministro de 17 de Janeiro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

**PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL 2013-2022**

1. Introdução

O último quartel do século XX ficou marcado pela crescente tomada de consciência de uma crise ambiental à escala global, conseqüente do uso inadequado do espaço e da exploração exagerada de recursos naturais básicos, ameaçando a sustentabilidade do planeta e comprometendo seriamente a qualidade de vida humana. Efectivamente a erosão dos solos pelo seu uso inadequado, a perda da biodiversidade pelo impacte directo e indirecto das acções humanas, a alteração da composição da atmosfera pela emissão de resíduos, a poluição das águas superficiais, subterrâneas e marinhas, o consumo crescente de minerais, de matérias-primas diversas e a produção

de resíduos perigosos de difícil absorção pelos sistemas naturais, são apenas exemplos de como as comunidades humanas estavam a pôr em perigo o seu planeta.

Os progressos da ciência e o domínio da tecnologia verificados depois da revolução industrial criaram um quadro propício à melhoria do bem-estar da humanidade em todas as regiões da Terra. Paradoxalmente a busca desenfreada de crescimento económico pôs em perigo a sustentabilidade de sistemas naturais fundamentais para a perenidade da vida no planeta e da própria continuidade da humanidade.

O rápido crescimento demográfico à escala global e o padrão de consumo dos países ricos exigiam elevados índices de consumo de recursos, de energia, e produção de resíduos a um ritmo exponencial não absorvidos pelos serviços ambientais. Paralelamente assistia-se a desigualdades gritantes entre os países, e entre regiões no interior dos estados. O cenário mais desconcertante é a desigualdade nos padrões de consumo, levando à concentração de recursos financeiros, bens de consumo e usufruto do progresso da ciência nos países ricos, enquanto vastas parcelas da Terra vivem na miséria.

A constatação do quadro de desigualdade no acesso à riqueza entre os países, o registo de catástrofes de grande envergadura, como a seca, esgotamento dos solos, chuvas torrenciais, pragas; o surgimento de novas epidemias associadas ao baixo nível de vida nos centros urbanos; o alastramento da pobreza extrema, estiveram a montante dessa crescente tomada de consciência da necessidade de uma nova abordagem do desenvolvimento tendo em conta a continuidade da humanidade em padrões de vida aceitáveis.

Esta tomada de consciência constitui os alicerces de vastos programas de educação ambiental que se deslumbram no virar do milénio na perspectiva de uma nova postura da humanidade em relação ao planeta onde reside.

Em Cabo Verde, o cenário de crise ambiental global ganha relevância tendo em conta a sua grande dependência externa e as suas características naturais. O quadro de ilhas vulcânicas e montanhosas, as modestas dimensões territoriais, a inserção numa zona climática dominada pela aridez e ciclos de secas, limitam seriamente as reservas de água, da cobertura vegetal e da biodiversidade terrestre. A topografia montanhosa e o ambiente árido limitam as reservas e as potencialidades do solo, além de permitirem uma intensa erosão num quadro de solos pedregosos e de fraca profundidade.

Apesar da fragilidade dos ecossistemas as ilhas de Cabo Verde foram povoadas nos meados do século XV, a presença humana alterou profundamente o cenário de ilhas desertas e perdidas no oceano. A exploração das terras teve de responder aos vários ciclos de actividades económicas, ditadas pela metrópole, quase sempre com conseqüências desastrosas para o ambiente. Os ciclos de seca traduziram-se em crises alimentícias com mortandades em parcelas expressivas da população ao longo da história das ilhas, conhecidas pela denominação de “fomes”, marcam de modo indelével a memória colectiva da população crioula.

No entanto, os cabo-verdianos aprenderam a viver com a seca, como disse Ovídio Martins¹ “as cabras ensinaram-nos a comer pedra para não perecermos”. Desde a independência sucessivos governos vêm promovendo campanhas de sensibilização através de arborização, acções juntos das escolas, das ONG e das comunidades, com vista à mudança do quadro ambiental das ilhas. Inicialmente as campanhas eram essencialmente técnicas e viradas para acções de correcção torrencial, protecção do solo e da água, mas progressivamente vem-se instalando acções viradas para a mudança de postura em relação ao ambiente pelo que a educação através do sistema educativo formal, comunicação social, e da comunidade, vem ganhando terreno e já é notório o engajamento na busca de soluções mais sustentáveis no uso da terra e do território.

Contudo, a mudança de postura em relação ao uso dos espaços rurais e urbanos, consumo de água, solos, produção de resíduos continua um desafio para os cabo-verdianos nesta e nas próximas gerações. A educação ambiental constitui um processo moroso, pois a mudança de comportamento e atitudes exige uma nova cultura, uma nova inserção do homem no ambiente, novos padrões de consumo e uso dos recursos naturais, pelo que os resultados serão lentos mas progressivos atravessando as gerações. Por mais longa que seja a caminhada vale a pena dar o seu início na perspectiva de uma nação ambientalmente responsável pela sustentabilidade do território das ilhas.

1.1 Objectivos do Plano

Considerando o quadro de fragilidade ambiental e do cenário de crise ambiental à escala global, o presente Plano de Educação Ambiental constitui um desafio para Cabo Verde, tendo em conta as suas características naturais de reduzidas dimensões territoriais, a carência de recursos básicos como a água, os solos, a biodiversidade, os minerais estratégicos; a necessidade de alimentação e o alojamento de uma população jovem e crescente; a viabilidade e a sustentabilidade do desenvolvimento de um pequeno estado insular em graduação para o desenvolvimento médio, perante um quadro de globalização em crise profunda.

Objectivo geral

Segundo os Termos de Referencia o presente Plano Nacional de Educação Ambiental tem como objectivo geral:

“Dotar o país de um instrumento orientador da implementação das políticas nacionais traçadas no domínio da Educação Ambiental como forma de promover maior cidadania ecológica, assegurar a gestão e a utilização sustentável dos recursos ambientais e de contribuir para uma melhor qualidade ambiental e para o desenvolvimento sustentável e estratégico do país”.

Objectivos específicos

Tendo em conta o objectivo geral supracitado, propõe-se os seguintes objectivos específicos:

1. Definir as estratégias, os mecanismos e as abordagens para a materialização dos objectivos delineados no domínio da Educação Ambiental;

2. Delinear um plano para reforçar e consolidar a abordagem da Educação Ambiental no Sistema formal e não formal de Ensino;
3. Delinear uma estratégia para consolidar, em concertação com os parceiros, um mecanismo de perenização da Educação Ambiental nos Sistema educativo formal, não formal e nas comunidades;
4. Apontar as formas de promover a sensibilização e a mudança de padrões comportamentais compatíveis com os requisitos para o garante da protecção do meio ambiente sustentável;
5. Assegurar uma estratégia de transmissão de conhecimentos e de habilidades aos diferentes actores ambientais, com destaque para os cidadãos e a sociedade civil;
6. Promover um quadro favorável à elevação da consciência ecológica dos cidadãos;
7. Estabelecer um quadro de participação dos cidadãos em acções concretas de defesa e promoção da qualidade do ambiente.

Com a aplicação do presente plano espera-se conseguir elevar o nível de consciência ecológica dos cidadãos, aumentar a participação em acções concretas na defesa e promoção da qualidade ambiental em Cabo Verde.

1.2 Justificativas

Apesar da população cabo-verdiana ter consciência do quadro de fragilidade ambiental do arquipélago, nomeadamente da grave carência de recursos, da desertificação galopante e da crise de sustentabilidade dos espaços urbanos, o comportamento dos cidadãos em relação ao ambiente e uso de recursos naturais, ainda continua a perigar a qualidade de vida nas ilhas.

A elevada incidência da pobreza e o baixo nível de vida das comunidades vulneráveis, têm repercussão, na exploração de recursos como a areia das praias e das ribeiras, o cultivo de solos marginais, a sobreexploração da biodiversidade, os assentamentos urbanos em terrenos de alto risco, etc. Paralelamente o comportamento individual em espaço de uso comum cria situações de riscos ambientais para toda a colectividade, como o vazamento de águas residuais na via pública, a acumulação de resíduos em espaços livres, a criação de animais à solta em perímetros urbanos, promovendo condições propícias à propagação de doenças associadas à má qualidade do ambiente.

Sendo uma sociedade em rápida transformação, nomeadamente, crescente urbanização verificada na última década do século XX, a mudança de postura do cidadão exige uma nova abordagem da relação com o ambiente de vida, percebido na sua dimensão natural, como sociocultural e estético. É na perspectiva de uma nova consciência ambiental, na auto-responsabilidade de cada um para o bem comum, na promoção de uma cidadania responsável que surge o Plano Nacional de Educação Ambiental.

O presente Plano tem em devida consideração a busca de soluções para os graves problemas ambientais à escala

¹Poema os flagelados do vento leste

global e em particular os desafios que Cabo Verde enfrenta neste domínio. A mudança de postura em relação ao uso do território, do uso de recursos naturais, dos padrões de consumo, são desafios para várias gerações, consciente dessa lentidão na mudança a Educação Ambiental a todos os níveis constitui uma tarefa a dimensão global, razão porque em todos os quadrantes os Países têm-se lançado na tarefa de promoção da Educação Ambiental.

A responsabilidade de cada cidadão para com o ambiente de vida comunitária vem expresso na constituição da República de Cabo Verde, no quadro jurídico e em todos os planos e programas estratégicos produzidos nos últimos anos em Cabo Verde.

1.3 Metodologia de elaboração do Plano

Na elaboração do presente Plano Nacional de Educação Ambiental foi privilegiada uma abordagem participativa, com o envolvimento de diversos parceiros que, de forma directa ou indirecta, lidam com a problemática da educação ambiental. Teve-se em linha de conta a produção de um Plano que reflecta efectivamente os desafios da Educação Ambiental, em todos os níveis e segmentos da população cabo-verdiana.

A abordagem metodológica usada na elaboração do Plano teve em consideração os Termos de Referência e seguiram as seguintes grandes linhas de orientação:

- O diagnóstico da situação existente em matéria de Educação Ambiental ao nível nacional, no Sistema de educação formal, informal e fora do Sistema;
- A caracterização da Educação Ambiental junto de vários sectores da sociedade;
- A auscultação dos diferentes actores envolvidos na matéria, incluindo a sociedade civil.
- A disponibilização das informações junto das instituições com intervenção no domínio da Educação Ambiental;
- A análise do cenário traçado para o País no quadro de diversos Planos de programas estratégicos;
- Proposta das perspectivas definidas no presente Plano Nacional de Educação Ambiental;
- Proposta de mecanismos de perenização da Educação Ambiental nos diversos segmentos da sociedade cabo-verdiana, nomeadamente através de um Comité de Pilotagem e de um Plano de Seguimento, Monitorização e Avaliação Estratégica.

O relatório final, produzido em estreita colaboração com a Direcção Geral do Ambiente, terá uma validação em Ateliê de debate público.

Na elaboração do Relatório foram tidas em conta Planos similares de diversos Países onde a Educação Ambiental estão na fase de emergência ou tiveram notável sucesso.

A lista das instituições bem como as personalidades contactadas vem no anexo ao presente relatório. A documentação consultada vem na bibliografia.

1.4 Enquadramento institucional da Educação Ambiental em Cabo Verde

Temos por enquadramento institucional, primeiro pelo seu papel regulamentador e normativo ou de força, a legislação a respeito, começando pela Constituição para passar às Leis e aos Decretos subsequentes conforme as áreas a que se referem, e segundo, as acções, consequentes da legislação, como são os diferentes tipos de Planos e os programas dos sucessivos Governos e as suas realizações efectivamente.

1.5 Quadro jurídico

A integração da educação ambiental em todos os sectores da sociedade cabo-verdiana é um imperativo da Constituição da Republica de 1992 que no artigo 72º (artigo 73º na revisão de 2010) que consagra o direito ao Ambiente nos seguintes termos:

1. Todos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar.

2. Para garantir o direito ao ambiente, incumbe aos poderes públicos:

- a) Elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.
- b) Promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca.

A Lei nº 86/IV/93, de 26 de Junho que define as bases de política do ambiente, no seu artigo 4º (objectivos e medidas) na alínea *l*) recomenda: *A inclusão da componente ambiental e dos valores herdados na educação básica e na formação profissional, bem assim como o incentivo à sua divulgação através dos meios de comunicação social, devendo o Governo produzir meios didácticos de apoio aos docentes (livros, brochuras, etc.); Como medida necessária para “ a existência de um ambiente propicio à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como a melhoria da qualidade de vida, ...”*

No entanto, a responsabilização de cada cidadão pela qualidade do ambiente está directa ou indirectamente explicito no quadro jurídico nacional em diversos diplomas de carácter estratégico nos domínios de ordenamento do território, uso do espaço e preservação de recursos naturais, nomeadamente, Leis de Base do Ordenamento Territorial e Planeamento Urbanístico (Decreto-Legislativo nº6/2010); Decreto-Lei nº3/2003 de 24 de Fevereiro que estabelece o regime jurídico dos espaços protegidos; Decreto-Lei nº29/2006, de 6 de Março que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte ambiental dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente.

Toda a legislação de âmbito municipal nomeadamente, o Estatuto do Municípios (Lei nº134/IV/95 de 3 de Julho);

a Lei nº 76/VII/2010, de 23 de Agosto – sobre a taxa ecológica; Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro que cria o Estatuto da Cidades, promove a cidadania ambiental pela via da comunicação, informação e sensibilização.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, (Decreto-Legislativo nº2/2010 de 7 de Maio), consagra para o Ensino Básico, artigo 22, c) “Fomentar a aquisição de conhecimentos que contribuam para a compreensão e preservação do meio circundante;” e na e) “Desenvolver atitudes positivas em relação às questões ambientais;”

Para o Ensino Secundário, e mesmo para o Superior, a Educação Ambiental, integra-se nos artigos que consagram, “Propiciar a aquisição de conhecimento com base na cultura humanística, científica e técnica visando nomeadamente, a sua ligação com a vida activa; “ o entendimento dos “valores fundamentais da sociedade em geral e sensibilizá-lo para os problemas da sociedade cabo-verdiana e da comunidade internacional” e a promoção da “educação para cidadania e o desenvolvimento de valores morais, éticos e cívicos;”

A República de Cabo Verde tem participado de forma activa ratificação de Acordos conducentes à melhoria da qualidade ambiental, tanto em práticas de preservação como nos domínios de comunicação, informação e sensibilização e na Educação Ambiental.

Neste âmbito, a Agenda 21 produzida pela Cimeira da Terra no Rio de Janeiro (1992) no seu capítulo 36 – Promoção da Educação, Consciencialização Pública e Formação, reafirma a importância da educação ambiental no cumprimento dos grandes desafios identificados na Conferência, citamos: “ a educação, a consciencialização da opinião pública e a formação estão virtualmente ligadas a todas as áreas da agenda 21, e ainda mais estritamente ligadas com as áreas que tratam das necessidades básicas, capacidade próprias, dados e informação, ciência, e do papel dos principais parceiros”.

De igual modo o Cabo Verde ratificou acordos internacionais como a Convenção Internacional de Luta Contra a Desertificação e efeitos de seca nas regiões áridas, semiáridas e sub-húmidas secas; o acordo de protecção da biodiversidade, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, surgidas na sequência da Cimeira da Terra de 1992 que tiveram recomendações importantes sobre a importância da educação ambiental no futuro da humanidade.

1.6 Linhas de política de educação ambiental em Cabo Verde

O quadro de fragilidade ambiental do arquipélago, nomeadamente a escassez de recursos naturais e a vulnerabilidade à seca e à desertificação serviram de inspiração à adopção de uma política clara em relação à educação ambiental desde os primeiros anos da independência de Cabo Verde. Esta opção política ficou explícita tanto na inclusão de temas alusivos à seca, à desertificação, à gestão dos recursos naturais, nos programas e manuais escolares como na realização da acções de voluntariado nas campanhas de arborização, campanhas de limpeza e luta contra as pragas e doenças endémicas com o envolvimento da população e das comunidades locais.

No limiar do novo século destacamos que documentos estratégicos, como as Grandes Opções do Plano – uma agenda estratégica de 2020, idealiza para Cabo Verde num horizonte de médio, longo prazo “Um País aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura; uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante; um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental baseado numa consciência ecológica desenvolvida”.

Os sucessivos programas de governo têm destacado a importância da preservação do ambiente com alusão explícita ao papel da educação ambiental na criação de uma “agenda verde transversal baseada na inovação, na procura de um mix óptimo de energias renováveis, em cidades sustentáveis e na criação de uma atitude mais respeitadora da natureza e do ambiente em Cabo Verde” (Programa de Governo 2011-2016).

Registamos ainda, que o Plano Nacional para o Ambiente PANA II, (2004-2014) foi construído tendo em perspectiva a criação de uma agenda intersectorial de preservação do ambiente e melhoria do quadro ecológico das ilhas, inserido no PANA II, foi elaborado um Plano de Acção Inter-Sectorial de Educação (PAIS-Educação) que, em grande medida, absorveu as recomendações do Comité Inter-Estado de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) para a perenização da Educação Ambiental iniciada pelo PFIE, nomeadamente na Cimeira de Ministros de Educação e do Ambiente dos países membros (Dakar-1996). Dando seguimento às orientações do PAIS-Educação em 2007 o Ministério de Educação aprovou o Plano de Acção para a Integração da Educação Ambiental no Currículo Escolar, documento ainda em processo de implementação tendo em conta o programa de mudanças curriculares. No âmbito da Educação Extra-escolar a Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA) criou vários kits pedagógicos de educação ambiental assim como realizou cursos de sensibilização nos círculos de cultura e nas comunidades, tanto presenciais como através da rádio educativa.

O Programa do Governo da VIII Legislatura (2011-2016) teve como visão para o horizonte da legislatura: “uma Nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidade para todos”. Para atingir essa meta o Governo propôs-se nortear pelas seguintes questões-chave: o emprego, a problemática do género e da juventude, e o ambiente.

A eleição do turismo como um dos sectores base para o desenvolvimento do País constitui um grande desafio ambiental. Este sector além de consumir espaço tem grande incidência no ambiente, pelo que urge uma gestão criteriosa e quiçá a promoção da educação ambiental para um público visitante em articulação com a população estante nas ilhas e locais de maior incidência dessa actividade.

A Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012-2016) (DECRP III) estabeleceu cinco pilares estratégicos para o seu limiar: promoção da boa governação, reforçando a eficácia e garantindo a equidade; promoção da competitividade para fomentar o crescimento da

economia e a criação de empregos; o desenvolvimento e a modernização do capital humano; o desenvolvimento de infra-estruturas, a promoção do ordenamento do território e a protecção do ambiente; a melhoria a eficácia e a sustentabilidade do sistema de segurança social.

O DECRP III considera áreas cruciais para a intervenções de políticas para facilitar o crescimento e a redução da pobreza: o crescimento e estabilidade macroeconómica; descentralização; emprego; agricultura; sectores produtivos de alto efeito multiplicador na geração de emprego; redistribuição e protecção social; e o meio ambiente.

Nesta perspectiva os exemplos apontados permitem-se afirmar que os sucessivos Governos de Cabo Verde têm assumido, uma inequívoca vontade política em prol da Educação Ambiental tanto no Sistema Educativo formal, não formal e nas comunidades.

2. Enquadramento e conceitos da educação ambiental

A educação ambiental é uma das várias vertentes educativas que, nas últimas décadas do século passado, ganhou relevância, para ser destacada, como conteúdo a ser enriquecido, acrescentado e/ou integrado nas disciplinas tradicionais, ou mesmo, ganhar estatuto de disciplina, em vários sistemas educativos. A explicação dessa medida, que visava a mudança dos modos de relação do homem com o ambiente, tem como base, como primeiro aspecto, a compreensão do que é a Educação, enquanto pensamento e como acção, e num segundo aspecto, a situação da degradação do meio ambiente como resultado de uma educação pouco ambientalista.

Pelo primeiro aspecto, entre uma concepção essencialista de Educação, como a busca da perfeição, e a de uma existencialista, a formação do indivíduo para a sua existência imediata, medeia a que pensa a educação como a preparação para um futuro que não se sabe qual é. Para cumprir esse papel, a educação, enquanto acção, está dirigida para a formação da personalidade, de modo a manter e a reconstruir a interacção necessária à vida, tanto com o outro social, como com a natureza, ou o mundo natural.

Educação acção é então, orientar, conduzir na conformação de um conjunto composto pelos sentimentos, valores, interesses, atitudes, convicções, aspectos do carácter que, como estados interiores, determinam ou condicionam o comportamento, por outras palavras um saber ser/estar. Para a conformação de qualquer um desses elementos torna-se necessário o domínio por parte do educando, tanto de um mínimo de informação, conhecimento, ou um saber, como também de procedimentos ou formas de actuação, um saber fazer.

Em termos metodológicos, na conformação da personalidade e domínio de conhecimentos e dos procedimentos, um papel central reside no maior ou menor protagonismo que o educador, como orientador atribui a si mesmo, ou que proporciona ao educando, na forma de interacção, que pode ser directa ou indirecta, com o conhecimento, os procedimentos e o campo do saber ser/estar. Não menos importante, sobretudo para os educandos menores, é a estratégia a seguir: o início pelo contacto directo com a

realidade através de procedimentos e posterior contacto com o conhecimento ou o seu inverso primeiro, o contacto com o conhecimento ou mesmo, a alternância.

De uma forma muito simples, o termo nos indica que a Educação Ambiental é a educação direccionada para o ambiente, aproveitando a compreensão geral de educação, quer dizer, a conformação de um corpo constituído por sentimentos, valores, atitudes, conhecimentos e habilidades ou capacidades, de tipo intelectual e manual, saber fazer, relativos ao ambiente. Nessa linha de pensamento, encontramos que por necessidade e de forma elementar os conteúdos relativos ao ambiente estiveram contemplados, desde sempre, nos programas de ensino de todos os sistemas educativos, devemos dizer, mais como conhecimento e habilidades, pois o mundo natural era visto exclusivamente como lugar de sobrevivência, existência e fonte de riqueza, portanto na sua utilidade.

A relevância apontada acima, deve-se à tomada de consciência que essa interacção mantida com o mundo natural não tinha sido a mais adequada, pelo desequilíbrio entre o crescimento das necessidades da população e do tratamento dado ao ambiente e as possibilidades do ambiente em poder satisfazer essas necessidades, portanto um problema que o crescimento e o desenvolvimento fizeram emergir e que colocou em dúvida a continuidade desse mesmo crescimento e desenvolvimento, caso não fossem tomadas medidas para mudar as formas de percepção do mundo natural e de interacção com ele.

O segundo aspecto, para a explicação da medida, é a Conferência de Estocolmo, em 1972, promovida pela ONU. Podemos considerá-la como o marco para a mudança da interacção com o meio ambiente, como o alerta e a consciência da necessidade da inclusão da educação ambiental de forma sistemática nos currículos, visando essa mudança. Em decorrência dessa Conferência a ONU criou um órgão para o tratamento desse problema, o PNUA, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, UNEP, em inglês.

Entre outros, os seguintes princípios expressam o tratamento dado ao problema: 13 - É necessário estabelecer um planeamento integrado para o desenvolvimento; 14 - Um planeamento racional deve resolver conflitos entre meio ambiente e desenvolvimento; 19 - A educação ambiental é essencial; 20 - Deve-se promover pesquisas ambientais, principalmente em países em desenvolvimento².

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), assiste-se, também, de forma regular, a realização de encontros internacionais, em diversas modalidades, com a parceria entre diferentes actores, versando a problemática do ambiente e/ou a educação ambiental, tais como:

O simpósio de Cocoyoc, no México (1974), organizado pelo PNUA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que resultou na identificação dos factores sociais e económicos que levam à deterioração ambiental (UNEP/ UNCTAD, 1974).

A Conferência de Tblissi, Geórgia (1977) sobre a integração da educação ambiental nos sistemas educativos dos estados membros da UNESCO.

²(www.wviuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capitulo1.pdf) Dezembro de 2012

A primeira Conferência Mundial sobre o Clima (1979), sobre o aquecimento global, em Genebra.

A criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), ou Comissão Brundtland (1983) para realizar audiências ao redor do mundo e produzir um relatório formal com suas conclusões.

O alerta sobre o “efeito de estufa” pelo cientista sueco Svante Arrhenius (1986).

O Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” (1987) Tal relatório fala de “desenvolvimento sustentável” e de uma “nova ordem económica internacional”, termo dos Não-alinhados.

A Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED/92, RIO/92 ou ECO/92), promovida pela ONU, Rio de Janeiro (1992).

O Fórum Global das Organizações Não Governamentais – em simultâneo com a Cimeira da Terra (1992) – produziu o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global”.

Em 1994, realização da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo;

Em 1994, realização da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Bridgetown, em Barbados;

Em 1995, realização da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhaga;

Em 1996 – Declaração de Dakar, saído da Conferência dos Ministros de Educação e do Ambiente sobre a educação ambiental nos Países do Sahel produziu um “Contrato para uma Geração Nova de Gestores do Ambiente”,

Em 1996, realização da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (HABITAT II), em Istambul, e da Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma.

Em 2002, realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo.

Em 2012, realização Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), Rio+20, discussão da renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, Rio de Janeiro.

A dinâmica dos encontros internacionais levou à concepção de programas e a produção de diversos materiais didáticos para a Educação Ambiental que são realizações concretas visando a institucionalização da Educação Ambiental.

Para chegarmos a uma definição mais completa ou aprofundada, falta a compreensão do ambiental, ou seja, aquilo que é do ambiente. Tomamos como referência o documento da Coordenadoria de Educação Ambiental de São Paulo, 3ª edição, que é o produto dos “Conceitos para se fazer Educação Ambiental” e dos “Cadernos de Educação Ambiental”, as duas primeiras edições, as quais foram elaboradas a partir da tradução de partes do livro de Donella Meadows, Harvesting one hundredfold – Key concepts and case studies in Environmental Education, escrita por solicitação da Unesco em 1989. A terceira edição foi enriquecida com a opinião de professores sobre o necessário na Educação Ambiental.

O quadro a seguir apresenta as categorias, e as subcategorias por níveis de aprofundamento da educação ambiental. O quadro foi adaptado ao caso de Cabo Verde.

Quadro-1

Categorias e subcategorias para a Educação Ambiental

| 1-Níveis de ser | | | |
|--|--|---|--|
| Físico: Atmosfera, hidrosfera (águas) e litosfera (minerais, rochas, inertes, solos) – funcionam segundo as leis da física e da química; | Biológico: A biosfera – com todas as espécies vivas, ecossistemas e cadeia alimentar - funcionam segundo as leis da física, da química, da biologia e da ecologia; | Humano: A tecnosfera e a sociosfera – edificações e máquinas, governos e economias, religiões, artes e culturas, foram criadas e funcionam segundo as determinações humanas | Sistemas ambientais: Os sistemas ambientais e as leis físicas e as leis humanas A operação dos níveis de ser A distinção das qualidades dos níveis de ser: a vida, a consciência e a autoconsciência |
| 2- Ciclos | | | |
| As transformações contínuas do material do planeta. | Os ciclos biogeoquímicos dos elementos necessários à vida | O Planeta Organismo vivo, auto-conservador (sustentado) | As forças naturais que impulsionam os ciclos planetários |
| 3- Sistemas complexos | | | |
| A conexão entre os sistemas | As inter-relações e os objetivos entre os sistemas | A renovação e a não renovação dos recursos dos sistemas O papel da diversidade na manutenção dos sistemas naturais | A hierarquia na organização dos sistemas |
| 4-Crescimento Populacional e Capacidade de Carga/Suporte | | | |
| O crescimento exponencial dos organismos vivos | A capacidade de carga do recurso renovável | O componente da definição da capacidade de carga | A actividade humana e a capacidade de carga O uso eficiente dos recursos e a capacidade de carga A preservação da capacidade de carga |

| 5-Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável | | | |
|--|---|--|--|
| A dependência dos recursos da terra | A eficiência e a sustentabilidade dos recursos da terra | A carência e a abundância como causas de problemas ambientais | A compatibilidade entre o desenvolvimento económico e a defesa do ambiente |
| 6-Desenvolvimento Socialmente Sustentável | | | |
| A chave para o desenvolvimento | A adequação do desenvolvimento às condições | O desenvolvimento equitativo | As condições do desenvolvimento |
| 7-Conhecimento e Incerteza | | | |
| A incerteza do nosso conhecimento | A incerteza e a administração dos riscos | Os procedimentos na situação de incerteza | A análise no processo do conhecimento |
| 8- Respeito | | | |
| O valor próprio da natureza | A necessidade de um ambiente bonito e saudável | A essencialidade da relação harmoniosa entre humanos e natureza | O quadro jurídico da educação ambiental |
| 9- Educabilidade | | | |
| A complementaridade da Educação: Formal/Não-Formal com a Informal e vice-versa | A necessidade de continuidade entre os níveis e educação para toda a vida | O imperativo entre os métodos de ensino e os educativos, para eficácia | As técnicas de planificação, adequação aos contextos e de renovação dos planos de Educação Ambiental |

Adaptado da Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. (1999), Educação Ambiental, (3ªed.) São Paulo (Estado):São Paulo.

Das categorias e sub-categorias expostas no quadro 1- (por outras palavras, dos conceitos e da conceitualização já em forma de princípios), pode-se constatar que os elementos constituintes da Educação Ambiental encontram-se em qualquer campo de conhecimento, como sejam, a física, a biologia, a geologia, a geografia, a química, a sociologia, a economia, a política, a filosofia, a ética, a história, e logo pode também constar nos textos de línguas e literaturas.

Essa qualidade da Educação Ambiental, que podemos denominar de holismo, globalidade, transversalidade, permite que como prática educativa, possa ser realizada, de forma pluri, trans ou interdisciplinarmente, segundo a política educativa, traduzida no Currículo Oficial, ou as possibilidades de coordenação no caso de reconhecimento dessa necessidade ao nível local.

Tanto na leitura horizontal como a vertical do quadro constata-se a transdisciplinaridade e o aprofundamento: aprofundamento transdisciplinar, por só um segmento ou área na horizontal, e aprofundamento transdisciplinar, pelas várias áreas na vertical.

Como parte da adaptação, porque o quadro dos conceitos está dirigido a formadores, incluímos o autodidacta, acrescentámos uma nona categoria, “Educabilidade”, como o conteúdo que conduz à consciência e à tecnologia da formação.

Por ambiente entende Louis Goffin “um sistema dinâmico, definido pelas interações físicas, biológicas e culturais, conscientes ou inconscientes, entre o homem, os outros seres vivos e todos os elementos do meio, sejam eles naturais, transformados ou criados pelo homem.”³ (Educação Ambiental Luta contra a Desertificação na escola e na Comunidade, pag.10).

Nesta perspectiva, podemos, então, definir Educação Ambiental como “o sistema de conhecimentos, informações, habilidades e capacidades que, como acção educativa, visa a conformação de atitudes, interesses, sentimentos, valores e hábitos encaminhados para a

utilização adequada da natureza e a sua protecção, preservação, recuperação, restauração, recomposição e acréscimo, enquanto sistema com equilíbrio próprio e meio saudável de vida.

Se essa é uma definição em conformidade com a Educação Formal e Não-Formal, é pelo papel que as situações da Educação Informal cumprem, bem assim, pela pretensão de formação de todos os actores sociais e dos resultados das acções deles, que não se pode deixar de apresentar uma definição, respeitante à Educação Informal, e que vem a ser “Qualquer prática e/ou informação, que em situação de informalidade, seja susceptível de contribuir, para a reflexão, e de influenciar para a adopção de relações saudáveis com o ambiente.”

A relação saudável vem a ser a utilização ou mesmo exploração dos recursos naturais sem comprometer as possibilidades de vida das gerações futuras, por outras palavras o desenvolvimento sustentável.

Deste modo a Educação Ambiental tem como meta, segundo a Carta de Belgrado escrita em 1975 por vinte especialistas na matéria de diversos países: “Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e colectivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros”.(idem, pp.9)

3. Experiência e quadro da Educação Ambiental em Cabo Verde

Desde o povoamento, os habitantes de Cabo Verde tiveram que enfrentar, em diversos modos, as características do meio físico, tanto na sua primeira e simples acepção de suporte natural de vida, como na de via de exploração do território para o rendimento económico à coroa e a grupos de colonizadores. Se entre os dois me-deia a diferença dos objectivos e a forma de interacção, é possível contudo, a identificação de diversos momentos

³Definição que norteou o projecto de educação ambiental do CILSS

evolutivos reveladores da preocupação e solução com a sustentabilidade do ambiente insular-saheliano como local de vida e de sobrevivência.

3.1 Quadro actual da educação ambiental em Cabo Verde

A protecção da natureza de um modo particular a protecção do solo, da água e das florestas foi uma grande preocupação do Governo de Cabo Verde ainda no período colonial. Destacamos como referência histórica que o governador Saldanha Lobo chegado às ilhas em 1769 fez a primeira tentativa de arborização com a importação de sementes de essências florestais adaptadas à secura e propôs-se na tarefa de mudar o quadro agreste das ilhas com a criação de bosques e perímetros florestais. No entanto, a persistência da seca, a falta de continuidade do projecto manteve essa ideia no domínio das boas intenções.

A lei florestal dos finais da década de vinte do século passado serviu de suporte à criação das florestas nos andares húmidos das ilhas de Santiago, do Fogo, de Santo Antão e de São Nicolau, este ciclo de arborização teve por principal objectivo a criação de perímetros florestais em andares húmidos montanhosos e zonas privilegiadas de recarga de águas subterrâneas, em suma tinham por finalidade a protecção das reservas de águas subterrâneas.

Até à independência o sistema educativo colonial consagrava no plano anual das escolas uma “semana da árvore” dedicada à sensibilização de alunos, professores, pais e a comunidade sobre a importância das árvores, da conservação do solo, da água e da biodiversidade no geral.

O quadro de seca e a degradação das terras era tema de aceso debate entre as elites, técnica e intelectuais do arquipélago na segunda na primeira metade do século XX. Entre a década de quarenta e inícios de sessenta do século passado, em diversos números do “Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação”, foram publicados artigos de cunho científico e técnico, político e mesmo a título de cidadania ou pessoal, reveladores de preocupação com o território Cabo Verde e na perspectiva do seu desenvolvimento, ou contribuição para a resolução da sua difícil condição ambiental e económica.

De facto, os temas apresentados versam as problemáticas mais gerais, como o desenvolvimento económico, a educação, a arborização, o comércio, os transportes, estão também, as de carácter mais restrito, como a energia eólica, as correcções torrenciais, as barragens e as estradas, as doenças, o crescimento demográfico, encontrando-se, bem assim, as mais específicas e técnicas, cultura de exportação, as águas subterrâneas, a pesca.

Depois da independência foi instituída nas escolas a “semana de conservação da natureza” em parte inspirada na “semana da árvore” com maior abrangência uma vez que destacava a importância da fauna e dos ecossistemas, além da especificidade de luta contra a desertificação em Cabo Verde.

Do ponto de vista de acções práticas em prol do ambiente, convém destacar as grandes campanhas de luta

contra a desertificação, arborização e correcção torrencial, limpeza urbana, com recurso ao voluntariado de jovens, militares e a comunidade dos bairros, tanto de modo espontâneo como através das chamadas “Organizações de Massas”. Essas acções de Educação Ambiental eram essencialmente práticas e tinham pouco suporte pedagógico, tinham sobretudo motivação politico-ideológico mas tiveram efeitos espectaculares na alteração positiva da área envolvente rural e urbana.

No âmbito do sistema educativo, os primeiros programas produzidos depois da independência deram grande destaque os temas relacionados à luta contra a desertificação e aos efeitos de seca, mas esta integração ficou centrada nas disciplinas que transmitiam conhecimentos sobre a natureza e o ambiente, como as ciências naturais e a geografia.

Como vimos acima a Conferencia de Tblissi em 1977 foi um marco importante para Educação Ambiental à escala mundial, uma vez que vários países se comprometeram na inclusão desta inovação nos respectivos sistemas educativos através de uma bordagem pedagógica transversal.

Integrada no Comité Permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), foi criado em 1986, através do Instituto do Sahel, um Programa Saheiano de Educação (PSE) que deveria inserir a Educação Ambiental em todos os níveis da educação formal. Este programa teve como justificativa a persistência da seca e a desertificação galopante na região. Verifica-se que o Programa Saheiano de Educação teve como filosofia a necessidade da inclusão da vertente pedagógica de luta contra a desertificação em complemento aos programas técnicos de conservação do solo, da água e da protecção das florestas enquanto suporte de vida das comunidades sahelianas.

O PSE não alcançou o seu desiderato de abranger todo o sistema educativo, por falta de financiamento, mas em 1990, com o apoio da União Europeia conseguiu criar um programa regional de educação ambiental para o ensino básico (1ª a 6ª Classes) o Programme de Formation et Information sur l'Environnement (PFIE). Foi o primeiro programa de Educação Ambiental do mundo a abranger uma vasta zona ecológica de carácter transnacional (todos os Países membros do CILSS).

O PFIE teve uma duração dez anos (1990-2000) e ainda uma fase de internalização das experiencias até aos meados de 2001, foi um grande sucesso ao nível dos Países do CILSS, com excepção da Guiné-Bissau onde o programa foi encerrado no fim da fase de experimentação de três anos. Em Cabo Verde abrangeu todas as ilhas do arquipélago, 55% das escolas do Ensino Básico. Em paralelo o PFIE desenvolveu actividades de sensibilização destinadas a diversos parceiros da escola, como a comunicação social, professores do Instituto Pedagógico, Delegados do Ministério de Educação, extensão rural, associações juvenis, ONG.

Considerando a necessidade da perenização da educação ambiental nos Países membros do CILSS, o Instituto do Sahel promoveu uma Conferência de ministros de Educação e do Ambiente, abrangendo os Estados membros

do Comité Inter-estados da Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) em 1996. Este encontro produziu a Declaração de Dakar denominada “Contrato para uma Geração Nova de Gestores do Ambiente”, onde os Estados membros do CILSS se comprometeram a:

- Elaborar uma Estratégia Nacional traduzindo a vontade de promover a Educação Ambiental num quadro harmonioso, integrando outras inovações;
- Conferir um estatuto oficial à Educação Ambiental
- Reforçar as capacidades em Educação Ambiental e dispor de um capital de recursos humanos capaz de contribuir eficazmente para a renovação dos sistemas educativos nacionais e para a gestão racional dos recursos naturais;
- Implantar ou adaptar, em cada país, um mecanismo de coordenação específica à Educação Ambiental;
- Mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros e desenvolver uma vasta parceria, tendo em vista a extensão consequente da Educação Ambiental a todos os níveis e áreas de ensino e ao sector não formal da educação.

Dando seguimento às orientações do Instituto do Sahel, no ano 2001 todo o espólio do PFIE foi transmitido ao Instituto Pedagógico, que ficou encarregado da perenização da Educação Ambiental no sistema educativo formal. Fora do sistema educativo o PFIE ainda trabalhou na elaboração de vários documentos estratégicos sobre a Educação Ambiental e foi parceiro na elaboração do projecto de investigação “Natura 2000” nas ilhas do sal, Boa Vista e Maio, tendo como objectivo o conhecimento e a valorização dos recursos naturais dessas ilhas.

O diagnóstico nos indica que, durante a execução do PFIE, não ficaram contemplados com formação, ou abrangidos de alguma forma, o Ensino Secundário completo, cerca de 45% dos professores do Ensino Básico, bem assim os manuais concebidos no âmbito da reforma em curso nessa altura, pois a Lei de Bases de 1990 não contém de forma explícita a educação ambiental entre os seus objectivos. Para preencher essa lacuna o PFIE editou diversos materiais de apoio para complementar os manuais oficiais e orientar os professores.

Contudo, nos finais da década de 90 do século passado era notório o impacto da Convenção do Rio em Cabo Verde, surgiram várias associações de defesa do ambiente, que davam primazia para educação ambiental, nomeadamente (ADAD, Amigos da Natureza, Garça Vermelha). Regra geral a protecção do ambiente e a sensibilização da comunidade em prol do ambiente constitui um tema transversal a todas as associações comunitárias ao nível nacional.

Considerando os vários actores e a interacção em cena, o quadro actual da Educação Ambiental no arquipélago pode ser caracterização de seguinte forma:

- Do ponto de vista institucional – existe uma inequívoca vontade política de promoção da

educação ambiental no sistema educativo formal, informal de na comunidade; esta vontade política está expressa no quadro jurídico e está inserido nos planos e planos tanto sectoriais como intersectoriais do governo central e local.

O enquadramento institucional tem como ponto forte a existência de uma vasta legislação, uma resposta positiva da sociedade cada vez mais esclarecida que tem exigido o cumprimento da lei e reclamado os casos de desmandos. Tem como ponto fraco a falta de coerência política na criação de alternativas na criação de alternativas para as explorações marginais de recursos básicos (inertes, biodiversidade, etc.), a falta de concertação entres sectores transversais.

- Do ponto de vista do Sistema Educativo – experiencia adquirida de programas de Educação Ambiental sobretudo ao nível do básico; população com aceitável nível de escolaridade sendo o ambiente um tema motivador para várias acções ao nível da escola e da comunidade. As Leis de Base, os programas e os manuais escolares assumem a Educação Ambiental, as escolas promovem acções de Educação Ambiental.

O enquadramento no sistema educativo tem como ponto forte a motivação dos professores e alunos para os temas do ambiente, a inserção nos programas e nos manuais, o apoio das empresas em acções pontuais desenvolvidas nas escolas. Tem como ponto fraco, a não continuidade de acções durante o ano, limitando-se às datas alusivas, como o Carnaval, dia Mundial do Ambiente, etc.

- Do ponto de vista das ONG e Associações comunitárias – existem diversas ONG que dedicam à protecção do ambiente com incidência da Educação Ambiental, praticamente todas as Associações comunitárias incluem a protecção ambiental e Educação Ambiental na lista dos seus objectivos. Como ponto forte apontamos a grande motivação das ONG e Associações e o trabalho directo junto das comunidades, as acções têm impacte directo no bem-estar das comunidades. Como ponto fraco existe uma certa aleatoriedade nas acções de Educação Ambiental feitas pelas ONG e Associações porque dependem de financiamentos não regulares, executam tarefas diversas condicionadas pelos projectos, que podem ter objectivos diversos e temporários.
- Do ponto de vista do Municípios – todas as Câmaras têm um pelouro de ambiente que tem, entre outras tarefas a promoção da Educação Ambiental e no âmbito do PANA II, esteve previsto a criação de uma Comissão de Concertação Ambiental de âmbito municipal para a concertação transversal. A gestão do ambiente no território municipal e junto das comunidades é uma das atribuições da Câmara Municipal.

Como ponto forte destacamos a proximidade das comunidades, o saneamento e o abastecimento de água, como ponto fraco existe pouca concertação com os serviços descentrados do Governo Central, carência crónica de recursos financeiros para as acções programadas, excessiva partidização das actividades locais.

- Do ponto de vista das empresas – as empresas tem assumido maiores responsabilidades em matéria de protecção do ambiente sobretudo pela imposição fiscal e legal, algumas empresas têm promovido acções escolares e comunitárias de protecção e educação ambiental. Como ponto forte existe a crescente tomada de consciência da necessidade de protecção ambiental, como ponto fraco existe enorme desresponsabilidade na gestão dos resíduos, poucas acções de mecenato em prol da Educação Ambiental.

- Do ponto de vista dos meios de comunicação social – os meios de comunicação social, estão ao encargo dos sectores público e privado, com excepção do jornal e da produção cinematográfica, ainda incipiente, sob a iniciativa de privados.

A rádio é o tipo de comunicação social com maior difusão tendo em conta o maior número de canais, com alcance nacional e local, as rádios comunitárias. Estas últimas divulgam muitas actividades de carácter ambiental como a protecção das tartarugas, o saneamento do meio e a apanha de inertes. A Rádio Nacional tem difundido periodicamente, há mais de 15 anos o programa “Nós Guentis” um espaço privilegiado de educação ambiental, pois apresenta esta temática em toda a sua diversidade.

A seguir à rádio, a Televisão parece ser o tipo de comunicação social com maior audiência, pois que o jornal, apesar de estar nas bibliotecas é para ser comprado. Na RTC, a Televisão estatal, há o programa “Há mar, Há Terra” com mais de 20 anos e que difunde as melhores práticas e experiências no âmbito da luta contra a pobreza e o desenvolvimento rural.

O “jornal papel” e os digitais, não têm sistematicidade na divulgação das questões ambientais, pois estão mais em função da informação dos acontecimentos do dia-a-dia, não estando este tema como parte integrante e de força nas linhas editoriais dos três jornais nacionais. Nota-se, assim, a ausência do Boletim “A Folha”, e da Revista de banda desenhada “Monte Gordo”, iniciativas que não tiveram continuidade.

O “Site” da DGA, www.sia.cv apresenta toda a actualidade do estado do ambiente e do processo de avaliação do ambiente em Cabo Verde bem como encaminha para várias hiperligações nos domínios do ambiente.

3.2 Análise FOFA (SWOT) da educação ambiental no quadro actual

Essa análise incidindo sobre todos os interventores, de forma consciente ou não, começa pela Educação Formal, por ser a instituição encarregada de proporcionar uma educação integral, composta por vários anos de escolaridade, divididos por níveis subsequentes, com a finalidade de formar para a vida, pessoal e comunitária, bem como, preparar e/ou formar para o trabalho.

O sistema educativo cabo-verdiano encontra-se neste momento num processo de revisão curricular, em diferentes estádios de desenvolvimento. Os programas contemplam, quase todos, a componente designada de transversal, como bloco composto por conteúdos sobre o ambiente, a saúde e a cidadania. Os manuais já prontos contemplam assim mesmo um item sobre o ambiente, sendo este material mais efectivo para a avaliação da inclusão de qualquer tipo de conteúdo, pois é o intermediário entre o professor e o estudante.

O Ensino Básico

A escolaridade básica obrigatória no Ensino Básico foi alargada de 6 para 8 anos de escolaridade. Relativamente à Revisão Curricular e seus resultados, o primeiro ciclo de 4 anos, e o segundo ciclo de 2 anos, encontram-se na fase de generalização, com os manuais do 1º e 2º anos prontos, enquanto os do 3º e 4º anos do 1º ciclo estão em fase de experimentação. O terceiro ciclo, também de 2 anos, está na fase de experimentação dos programas e manuais, faltando, contudo, o manual de Francês que aborda temas ligados ao ambiente e o manual de Educação para a Cidadania.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (Artigo 23º, LBSE), em cada ciclo os conteúdos são sequenciais sendo completados, aprofundados e alargados do 1º ao último ano do ciclo, mas diferenciam-se na forma da organização, esta é feita por áreas interdisciplinares globalizante com um único professor no 1º ciclo; por áreas interdisciplinares no 2º ciclo e por disciplinas no 3º ciclo do Ensino Básico, ou seja no último ciclo prevalece o modelo de 1 professor por cadeira especializada à semelhança do acontece no ensino secundário.

A análise SWOT que segue refere-se aos manuais escolares do básico em fase de experimentação.

Quadro FOFA (SWOT) do Nível Básico (Manuais)

| FORÇAS | OPORTUNIDADES |
|--|--|
| <p>Nos dois primeiros ciclos</p> <p>Área - Ciências Integradas – com uma Unidade – Ambiente e Seres Vivos</p> <p>Área - Língua Portuguesa – com uma unidade comunicando e expressando sobre o Meio Ambiente</p> <p>No Terceiro Ciclo</p> <p>Disciplinas – Ciências da Terra e da Vida</p> <p>História e Geografia de Cabo Verde</p> <p>Física e Química</p> <p>Disciplinas – Língua Portuguesa, Educação para a Cidadania, Inglês e Francês – todos com uma unidade/tema ambiental</p> | <p>-Todos aos manuais indicados incluem conteúdos de Educação Ambiental, permitindo, segundo a área ou disciplinas,</p> <p>1- A informação e o conhecimento técnicos e as correspondentes capacidades intelectuais ou manuais,</p> <p>2- A conformação de atitudes e valores</p> <p>- De se poder vincular as informações, nacionais e estrangeiras, tanto dos meios de comunicação social como de outros com os conteúdos oficial</p> |

| FRAQUEZAS | AMEAÇAS |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Os conteúdos de e E.A. quase sempre nos últimos capítulos, temas ou unidades; - Três grupos de professores; - Os formados mas sem domínio completo da E. A. na sua totalidade; - Os formados mas não sensibilizados e sem domínio completo - Os não formados; | <ul style="list-style-type: none"> -- De tratamento mono disciplinar e mono temático; - Tratamento restrito ao apresentado no manual; - Aprendizagem mecânica pelos alunos - Domínio do saber e não internalização do saber ser/estar proposto |

As Fraquezas e as Ameaças, nesse caso, encontram-se nos professores como os agentes que utilizam e orientam na utilização do Manual, tomando como pressuposto que o mais importante do manual não são os seus conteúdos mas sim a forma como é utilizada e, tendo em conta que, tanto se no manual há ou não espaço para o desenvolvimento do aluno e do professor, a autonomia relativa deste, é o factor fundamental na sua exploração.

O Ensino Secundário

O Ensino Secundário (Artigo 26º) tem a duração de quatro anos, organizando-se em dois ciclos sequenciais de dois anos cada, sendo que, o primeiro destina-se à consolidação do ensino básico e orientação escolar e vocacional e o segundo ciclo com duas vias: a via do ensino geral que visa a preparação para o prosseguimento de estudos superiores, facilitando, também, a adaptação à vida activa, e a via do ensino técnico programada para a aquisição de conhecimentos técnico-científicos e a obtenção de uma especialização adequada, de forma a permitir o exercício de actividades profissionais determinadas, sem prejuízo para o prosseguimento de estudos superiores.

No presente momento o ensino secundário encontra-se em processo de reforma, as possibilidades de Educação Ambiental são tão evidentes como no ensino básico, diferenciando-se enquanto nível mais aprofundado. As áreas de especialização e as saídas abrangem as seguintes áreas: humanística, artística, económico-social e científica-tecnológica, na perspectiva de prosseguimento para cursos superiores nas respectivas áreas.

Quadro FOFA (SWOT) do Nível Secundário

| FORÇAS | OPORTUNIDADES |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Contemplação na lei de bases da vinculação com os problemas da localidade e os nacionais e internacionais; - Áreas de especialização com disciplinas directamente vinculadas com o Ambiente e Educação Ambiental; - Disciplinas que criam oportunidades receptivas à Educação Ambiental. | <ul style="list-style-type: none"> - Contemplação explícita do Ambiente e da Educação Ambiental nos novos programas e manuais; - Dos professores formados e sensibilizados utilizem métodos activos e contemplem quer aspectos cognitivos, quer processuais, ou atitudes, tanto nas disciplinas receptivas, como, na abordagem de problemas da localidade, nacionais e internacionais; |

| FRAQUEZAS | AMEAÇAS |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Esquecimento da inclusão do Ambiente e da Educação Ambiental nas práticas lectivas dos professores actuais, de uma forma geral; - Perda da continuidade, nesse aspecto entre os dois níveis de ensino; - Analfabetismo de retorno na componente do Ambiente e da Educação Ambiental tanto no aspecto teórico como no prático por parte dos educandos, quando contemplados só com disciplinas receptivas. | <ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento, parcial ou completo, pela parte dos professores, de conteúdos ambientais e de Educação Ambiental; - Rompimento completo com a prática de contemplanção do Ambiente e da Educação Ambiental na formação; - Risco de perda completa de uma linha de formação e de um potencial cultivado por muitos anos; |

Neste caso, enquanto as Fraquezas encontram-se, essencialmente, no âmbito dos responsáveis pela elaboração dos programas e dos manuais, as Ameaças estão por conta do professor, como agente contemplado com formação pedagógica geral, sabe da necessidade da vinculação dos conteúdos cognitivos com a realidade do estudante, como aspecto do “Princípio pedagógico da visualização” ou da “Concretização”, além do mais, o artigo 5º da Lei de Base do Sistema Educativo recomenda a “formação integral”, do aluno incluindo os domínios do ambiente.

O Ensino Profissional

Os diversos ramos que compõem o Ensino Técnico Profissional contemplam a Educação Ambiental, segundo a maior ou menor conexão do trabalho com o ambiente, como disciplina inerente à formação de competências para o exercício da profissão ou como item dentro de uma disciplina, caso em que prevalece o carácter de informação em relação à formação, tendo o mesmo quadro que o ensino superior, quanto a Forças e Fraquezas.

A gestão ambiental é transversal aos cursos ministrados no Ensino Técnico Profissional, criando oportunidade de Educação Ambiental no espaço escolar.

O Ensino Superior

Os cursos disponibilizados pelo Ensino Superior e os Planos Curriculares dos cursos mostram diferentes modalidades de inclusão de Educação Ambiental nesse nível de ensino. Existem no País diversas instituições de Ensino Superior que abrangem universidades públicas e privadas.

Existem cursos com especialização na área do ambiente e ordenamento de território, assim como engenharias do ambiente ou elevado pendor ambiental. Se tomarmos como referencia a Universidade de Cabo Verde (UNICV), destacamos os cursos de Engenharia do Ambiente; Geografia e Ordenamento do Território; Geociências e Ambiente; Biologia; Engenharia Biológica, como cursos onde a investigação e o conhecimento do ambiente são relevantes. Em paralelo os cursos no domínio das Ciências de Educação incluem cadeiras de especialização em Educação Ambiental.

O Instituto Universitário da Educação, que substituiu o antigo Instituto Pedagógico, chama a si a formação de professores do ensino básico até a 8ª Classe. Nesta instituição a educação ambiental está inserida de forma transversal e explícita na formação de professores.

Quadro FOFA (SWOT) dos Níveis Profissional e Superior

| FORÇAS | OPORTUNIDADES |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Cursos de formação de especialistas nos domínios do Ambiente, - Cursos com disciplinas direccionadas para a educação ambiental, - Cursos com disciplinas receptoras à educação ambiental, - Educação ambiental efectiva em disciplinas que geram oportunidades, exemplos Expressões e Francês; | <ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento dos professores e estudantes dos Cursos para a formação de especialistas para a formação nos outros cursos e professores, bem como para a extensão; - Concepção de linha de pesquisa em ambiente e educação ambiental e criação de uma visão de futuro; - Abertura para a inclusão da Educação Ambiental manifestada por coordenadores de cursos; |
| FRAQUEZAS | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> - A educação ocorre nos níveis de informação e/ou de educação, com aulas nas modalidades teórica e teórico-práticas, o que quer dizer, em princípio sem actividades práticas ou de terreno; - Não há Coordenação entre os professores das diferentes disciplinas e entre os cursos; - Há professores sem conhecimento das oportunidades para a Educação Ambiental | <ul style="list-style-type: none"> - Educação Ambiental em cadeiras isoladas sem carácter de sistema - Concentração na informação, no conhecimento e no raciocínio lógico, sem a componente ética e de futuro; - Crescimento demasiado da crença na Ciência como resposta às dificuldades futuras ante a resolução imediata de problemas presentes; - Não alcance da qualidade e aprofundamento exigido ao Ensino Superior; - Formação de competências profissionais, estritamente, específica exigidas pelo Ensino Médio |

Neste quadro, as Fraquezas e Ameaças ocorrendo por responsabilidade dos professores, advêm de uma deformação estrutural que tradicionalmente é inerente, ao tipo e finalidade da formação. No ensino superior os professores trabalham por especialidades que aprofundam com tendo, com forte tendência de especialização sem colaboração com áreas vizinhas complementares.

Para fechar a situação da Educação Formal, apresentamos os alunos e os estudantes produtos do estado da educação ambiental até este momento, portanto dos programas e do trabalho dos professores, e que são os potenciais receptores da revisão curricular e da implementação deste Plano em proposta. A análise FOFA é o resultado directo da avaliação e auto-avaliação de professores

Quadro FOFA (SWOT) dos alunos

| FORÇAS | OPORTUNIDADES |
|---|---|
| <p>Ensino Básico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Iniciados nas questões do ambiente (domínio mediano da higiene da sala e do meio circundante, do cuidado da planta e a poluição); | <ul style="list-style-type: none"> - De capitalização dos alunos de rendimento superior ao mediano na formação dos seus pares; |

| <ul style="list-style-type: none"> - Graus diferenciados da componente educativa (interesses, sentimentos e valores, directamente relacionados com os polos de conhecimento); Ensino Secundário - Alguma aproximação cognitiva pela disciplina Homem e Ambiente e Geologia; | <ul style="list-style-type: none"> - De reforço dos domínios da formação no ensino básico com a inclusão da Educação Ambiental nos currícula e formação dos professores; - De formação normal e sistematizada e não como moda; |
|---|--|
| FRAQUEZAS | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> - Algum mecanicismo, automatismo no conhecimento no ensino básico; - Afastamento, esquecimento da Educação Ambiental a partir do secundário; - Desconhecimento da questão “ambiente economicamente sustentável”; - Afastamento nos ensinamentos técnico e superior quando não especialidade. | <ul style="list-style-type: none"> - De formação com prevalência de um sentido prático, conhecimento e interesse sobre os sentimentos e os valores; - De aversão, produto de tratamento saturado e repetitivo, na ausência de coordenação. |

As Fraquezas referem-se ao estado actual. As Ameaças, não sendo situações constatadas mas quadro de futuro, são previsões decorrentes de situações análogas e assim de permanente sobreaviso na formação dos formadores.

Organizações Não-governamentais e Associações de Comunitárias

Depois da independência surgiu em Cabo Verde um grande número de Organizações Não Governamentais (ONG), hoje presentes em todas as ilhas e associadas à Plataforma da ONG, embora a maioria das ONG esteja voltada para a problemática do desenvolvimento comunitário, questão de género e interesses profissionais. A partir da década de noventa vem crescendo o número de ONG que trabalham exclusivamente nos domínios de protecção ambiental e educação ambiental.

As Associações comunitárias tiveram um grande incremento na viragem do século e actualmente estão presentes em todos os municípios do País, abrangendo todos os sectores de actividade. Exercem um papel preponderante na sensibilização da comunidade, criação de empregos na execução de contratos-programa e apoio às camadas vulneráveis.

A maioria das associações comunitárias estão na Plataforma das ONG, mesmo as que não são federadas na Plataforma, participam na Comissão Regional de Parceiros. A protecção do Ambiente, a Sensibilização da Comunidade para os problemas ambientais, o desenvolvimento de acções em prol do ambiente constituem temas e actividades comuns à grande maioria das Associações Comunitárias.

**Quadro FOFA (SWOT)
das ONGs, Municípios e Associações Comunitárias**

| FORÇAS | OPORTUNIDADES |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da necessidade da Educação Ambiental pelas ONG e as Associações Comunitárias e pelos Municípios; -Elaboração de planos e projectos direccionados ao ambiente e à Educação Ambiental; - Coexistência de capacidades para a realização de práticas direccionadas ao ambiente e para a Educação Ambiental; - Realização de actividades direccionadas ao ambiente e à Educação Ambiental; - Desenvolvimento de actividades de específicas de saneamento do meio, preservação de tartaruga e da cagarra | <ul style="list-style-type: none"> - Protecção, conservação e recuperação do ambiente; - Mobilização do potencial das parcerias e de elementos da comunidade para a execução e multiplicação das actividades; - Complemento saudável à Educação Ambiental da Educação Formal; -Acréscimo da capacidade para a manutenção de uma relação saudável com o meio ambiente; - Perenização das organizações e da realização das actividades direccionadas ao ambiente. |
| FRAQUEZAS | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> - Continuação da realização de actividades de forma aleatória, isolada e imediata, sem o aproveitamento dos recursos em função da visão de um futuro mais mediato; -Falta de um organismo de concertação entre todos os intervenientes nas práticas dirigidas directamente ao ambiente e da Educação Ambiental; - Limitação de recursos para financiar actividades EA Não registo das actividades e dificuldade de envio de dados a DGA | <ul style="list-style-type: none"> - Pouco ganho em resultados duradouros e participação voluntária da comunidade pela repetição dos mesmos tipos de actividades e com os mesmos objectivos; - Perda do potencial criado nos anos antecedentes e conflitos entre os intervenientes; - Insuficiente renovação dos intervenientes e dos tipos de associação interveniente. |

Neste conjunto, as Fraquezas e Ameaças são provenientes de um contexto social externo como globalidade, o qual condiciona de forma individualizada as suas oportunidades, já que tem como principal característica a diversidade dos seus elementos que, como organizações, divergem na finalidade e nos meios, e até no foco e nas formas de actuação.

4. Orientações Estratégicas em matéria de Educação Ambiental em Cabo Verde

Para “Orientações estratégicas” está proposto em primeiro lugar, o entendimento do Plano Nacional de Educação Ambiental como um compromisso, ao que se segue a identificação e o envolvimento dos parceiros em especial, as escolas e as associações locais, como recursos primários directos para terminar na definição das abordagens de contacto e de interacção, com cada um dos segmentos a ser formado.

4.3 O Compromisso

O Plano Nacional de Educação Ambiental assume um conjunto de princípios e valores, propõe a partilha de

uma visão, define orientações estratégicas e objectivos, e explicita um compromisso colectivo com o futuro. A Direcção Geral do Ambiente e o Ministério de Educação garantem o respeito pelos princípios de uma só política nacional de Educação Ambiental, uma só estrutura de coordenação e um sistema nacional de monitorização e avaliação, conforme a tipificação defendida pelos organismos internacionais relevantes em matéria de Ambiente.

4.4 Grupos alvos de Educação Ambiental

Os grupos alvos de Educação Ambiental são as instituições, que comunicam e trabalham directamente com o público; a população; as comunidades. Têm portanto a função de educar, de formar ou simplesmente informar, ou ainda inerente ao seu papel económico e social, intervêm no meio ambiente, como valor de uso e/ou de utilidade pública ou privada.

Para efeitos de aplicação da Educação Ambiental, os grupos alvos, podem ser divididas e classificadas em subsistemas e níveis, consoante as suas finalidades, objecto e formas de intervenção ou mesmo impacto no ambiente.

Para garantir uma maior sustentabilidade das intervenções, o presente plano deve dar uma atenção especial as crianças, aos adolescentes e aos jovens, pois estes estão na faixa etária de formação da personalidade e podem constituir vectores de transmissão opinião aos outros grupos alvos.

4.5 Educação por subsistemas e níveis

Como subsistemas encontramos em Cabo Verde instituições com as seguintes funções:

- Educar:

As escolas públicas, privadas, laicas, religiosas, para formação geral e para as áreas técnico-profissionais;

- Informar e formar:

Os diversos meios de comunicação social, televisão, rádio, jornal, revistas, públicas, privadas, religiosas;

- Ajudar no desenvolvimento em qualquer área:

As diversas associações/organizações, privadas, sem fins lucrativos, em que o meio ambiente pode ser um dos recursos necessários para a prossecução dos seus fins;

- Contribuir para o desenvolvimento:

As empresas, públicas e privadas com fins lucrativos.

4.6 Educação ambiental no sistema educativo formal (ensino básico; ensino secundário; ensino técnico-profissional; ensino superior)

No sistema educativo formal, a Educação Ambiental, estando já contemplada nos programas e manuais nos diversos níveis de ensino, a sua qualidade e garantia passam em primeiro lugar, pela formação dos seus diversos agentes educativos: professores, directores e gestores, coordenadores pedagógicos e os diferentes tipos de funcionários, enquanto intermediários entre os educandos e o meio ambiente no espaço escolar, dentro e fora da sala de aula.

Na formação desses agentes deve-se, indispensavelmente, poder demonstrar, sobretudo aos professores, a transversalidade dos conteúdos da Educação Ambiental, de modo a se poder aproveitar as disciplinas receptivas, como a essencialidade no uso da variabilidade dos métodos e das técnicas de EA, assim como a utilidade da interdisciplinaridade no sentido pedagógico. Tem-se por meta alcançar objectivos propriamente educativos, dito de outra forma, o saber ser adequado e fundamentado em relação ao ambiente.

No ensino básico, mesmo tomando como ponto de partida a realidade próxima do aluno, por este nível ter o currículo organizado de forma concêntrica para aprofundamento, não é para se negligenciar a capacidade de compreensão dos escolares menores, relativamente aos conteúdos cognitivos vistos como complexos. A sequência dos conteúdos cognitivos deve estar organizada segundo o princípio didáctico do simples ao complexo, contemplando as oito categorias com adaptação da linguagem, no caso dos conceitos tidos por complexo, ao nível de compreensão do educando, expressos por exemplo em forma de mensagens.

As visitas de estudo, a excursão e a observação de locais próximos da escola devem fazer parte do elenco da metodologia, bem como o reconhecimento de boas práticas e a participação nas actividades de protecção e de uso útil do meio.

No ensino secundário o estudante deve trabalhar com os conhecimentos de forma mais aprofundada, ao nível da técnica, a relação lógica entre os oito níveis dos conceitos, e relacionar e/ou demonstrar a sua relação com os problemas ambientais, nacionais e internacionais e pela relação entre as oito categorias.

De simples participante convidado, o estudante deve passar a proponente e activista para a conservação e restauração da utilidade do meio e da educação ambiental, mediante jornais de parede, com artigos críticos, criação de clubes e realização de excursões entre outros.

No ensino técnico-profissional, sem romper a finalidade da formação das competências para o exercício da profissão, o actual técnico-profissional deve ser contemplado com os conhecimentos transversais para a sua satisfação pessoal e o exercício de uma cidadania activa na comunidade, podendo o estudo dos temas transversais incidir mais sobre as realidades locais, do próprio e próximo.

O ensino superior além de privilegiar o conhecimento técnico variado, aprofundado e crítico. Para cumprir o seu papel a principal forma de obter conhecimento é a investigação científica fundamental e adaptada à realidade nacional e regional, imediata e futura, bem como contributos ao enriquecimento do conhecimento teórico em geral.

No âmbito da Educação Ambiental o ensino superior deverá acompanhar a investigação fundamental que faz no estrangeiro em instituições especializadas assim como fazer pesquisas por iniciativa própria, paralelamente deverá fazer adaptações à realidade nacional.

A Educação Ambiental a esse nível deverá fazer a ponte com a evolução do quadro ambiental nacional e os grandes desafios que o País enfrenta nesse domínio.

4.7 Educação ambiental nas associações e as ONG

A este nível a EA tem como base a tipologia da associação e da ONG com recurso variado, segundo o nível de conhecimento dos seus integrantes, sem excluir a formação aprofundada, como o fundamento necessário para a reflexão e melhoria das próprias práticas, bem como o aproveitamento dos recursos humanos internos para formação.

4.8 Educação ambiental nas comunidades

Recorrendo-se às metodologias de trabalho com as comunidades, deve ser encaminhada sobretudo para a transformação das práticas prejudiciais ao ambiente na comunidade, procurando entre outros aspectos a eliminação das campanhas de limpeza porque a população atingiu o patamar de hábito de higiene e limpeza no quotidiano. Deve ser centrada na mudança de hábitos e comportamentos de modo a promover a melhoria das condições de vida e do bem comum.

4.9 Meios de Comunicação Social

A diversidade das formas de comunicação, da matéria de trabalho e do público-alvo desses meios, como órgão intermediário que é, exige que os seus profissionais sejam formados tanto com um conhecimento aprofundado do ambiente e de educação ambiental como com a metodologia da educação ambiental.

4.10 As parcerias e níveis de responsabilidades de intervenção

As parcerias institucionais deverão ter uma coordenação que poderá partir da iniciativa da Direcção Geral do Ambiente (DGA), que assumirá a arbitragem, ou a pilotagem entre as instituições, com base nas considerações feitas no item anterior. Em princípio, cada instituição deve assumir as suas responsabilidades, tendo em conta o respectivo perfil, de modo a evitar conflitos e aumentar as sinergias para uma acção educativa eficiente, multifacetada, sistemática, contínua e coerente, características inerentes a uma educação que se quer eficaz.

A execução do Plano pressupõe a criação de uma estrutura de pilotagem e monitoramento que terá a missão de gestão, actualização e avaliação do Plano. Esse Comité de Pilotagem deverá ser instalado junto da Direcção Geral do Ambiente, ou organismo equivalente, que assume a coordenação através de um técnico designado para o efeito. O Comité de Pilotagem deverá ter ainda, representantes dos seguintes organismos: Ministério de Educação; Ministério de Saúde; Ministério de Ordenamento do Território; Associação dos Municípios, Plataforma das ONG, Câmara de Comércio Industria e Serviços.

O palco para a eficiência, estará na concertação entre todos, para o conhecimento das pretensões, das possibilidades e das actividades de cada uma das instituições.

4.10.1 Parcerias institucionais

São as que existem com e entre as instituições públicas e sob a tutela directa de um membro de governo, portanto com pouca autonomia, pelo menos económica. Nessas condições, as parcerias devem ser obrigatórias mas ne-

gociadas, de modo a evitar possíveis sobreposições, ter continuidade e diversificar as formas de intervenção, com base numa programação esclarecida quanto às finalidades, metodologias, meios e avaliação, de modo a racionalizar os recursos e a se conformar uma continuidade fundamentada.

Essas parcerias são estabelecidas, principalmente, com as escolas de qualquer nível e com os meios de comunicação social do Estado. Por outro lado as escolas têm um grande potencial muitas vezes não explorado que, portanto deve ser activado, ou, que não divulgado, que deve ser conectado com o parceiro adequado.

4.10.2 Parcerias com os municípios

São necessárias tanto pelo carácter geográfico da actuação, como pelos micros interesses diversificados que podem se reconfigurar a cada momento e a grande autonomia dos mesmos, na busca e disponibilidade de recursos.

A parceria aqui deve servir para o fornecimento e a busca de informação e de diagnósticos para reprodução e análise, bem como, para a utilização das situações ambientais, por exemplo nas e pelas escolas, ONG e associações.

A avaliação e a concertação de forma regular tornam-se, talvez, mais do que nos outros casos, uma necessidade para a eficiência e a eficácia.

4.10.3 Parcerias com as ONG e as associações das comunidades

Se com algumas das ONG a parceria deve ser nos moldes aproximados com os Municípios, com as Associações, pelo carácter de voluntariedade e renovação dos membros e a intervenção muito localizada, a parceria deve ser mais sistematizada e de utilização dos recursos de outros parceiros para apoiar, também de forma programada a evolução dessas associações como órgãos credíveis de participação em benefício das comunidades.

4.10.4 Parcerias com as empresas privadas

Nesta parceria deve vigorar a tese do “desenvolvimento sustentável” como ponto de partida na actuação das empresas e como necessidade das mesmas em auxiliar outros parceiros, com recursos humanos e materiais.

4.10.5 Parcerias com os Meios de Comunicação Social

São os órgãos mais propensos e naturais, a seguir às escolas, para efectuar a educação ambiental, devido à sua regularidade de funcionamento, à sua função de informar e formar, e ao número de pessoas que alcança. Como intermediário, além dos programas de iniciativa dos próprios, a parceria deve proporcionar a oportunidade de divulgação dos trabalhos dos demais parceiros.

4.11 Os Princípios e os Valores

A filosofia que está na base da Educação Ambiental proposta neste Plano Nacional e que, igualmente norteia a actuação da DGA na prossecução da sua missão, inspira-se nos princípios e nos valores defendidos na Conferência de Tbilisi, nos PANA, PAIS e na LBSE., são nomeadamente:

- Dinâmico integrativo - é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam

consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir, individual e colectivamente e resolver os problemas ambientais;

- Transformador - possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objectiva a construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio e a adopção de novas posturas individuais e colectivas em relação ao meio ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes reflectirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável;
- Participativo - actua na sensibilização e na conscientização do cidadão, estimulando-o a participar dos processos da colectividade; Implica o recurso à metodologia participativa, com envolvimento de todos os intervenientes identificados, sobretudo alunos e comunidades educativas, em diferentes fases necessárias à tomada de decisão (diagnóstico, planificação, implementação e seguimento e avaliação)
- Abrangente - extrapola as actividades internas da escola tradicional, deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo a família e toda a comunidade educativa. A eficácia virá na medida em que a sua abrangência atingir a totalidade dos grupos sociais.
- Globalizador - considera o ambiente em seus múltiplos aspectos: natural, tecnológico, social, económico, político, histórico, cultural, moral, ético e estético. Deve actuar com visão ampla de alcance local, regional e global;
- Permanente - tem um carácter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de um modo crescente e contínuo, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida do planeta;
- Contextualizador - actua directamente na realidade de cada comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária;
- Acção baseada na evidência – evidencia as boas práticas que decorrem, em cada momento, do melhor conhecimento científico disponível e do estado da arte e sobre um conhecimento actualizado da dinâmica da preservação e conservação do ambiente em Cabo Verde;
- Colaboração - define um conjunto de orientações no âmbito da prevenção e conservação do ambiente que implica a colaboração a nível central, regional e local, nos sectores público, privado com e sem fins lucrativos, bem como a nível dos parceiros internacionais, sejam bilaterais, multilaterais.

5. O Cenário e a Visão do futuro

Este item é perspectivado como uma declaração de assumir a missão que contempla as acções para a mudança. Começa, então, pela especificação da liderança dessa missão, e dos objectivos, da Educação Ambiental, que permitem uma visão do futuro como produto da implementação das acções.

A Educação Ambiental preconizada para o horizonte 2022 deve abranger os grandes problemas ambientais da actualidade e, que de um modo particular afectam o País. No entanto, considerando o quadro crítico e a necessidade de centralizar os esforços, na vigência deste Plano devem ser priorizados os seguintes grandes temas ambientais: gestão da água e o saneamento do meio; a luta contra a seca e a desertificação; a protecção da biodiversidade.

5.1 A Missão

Cabe à Direcção Geral do Ambiente (DGA) e ao Ministério da Educação a liderança na concepção das acções e na coordenação da sua implementação, respeitando sempre os princípios e os valores assumidos acima, e tendo como finalidade a materialização das acções desta.

- Reforço de capacidade dos agentes educativos;
- Promoção de um pacto pela preservação do ambiente envolvendo as instituições públicas e as da sociedade civil;
- Produção de materiais didácticos;
- Incremento de boas práticas em matéria de educação ambiental nas escolas e comunidades e disponibilização de conhecimento sobre o ambiente;
- Monitorização e avaliação das acções e dos resultados.

5.2 Objectivo geral

Fundamentar formas evolutivas de manutenção de uma relação racional entre os mundos social e natural, próximo e planetário.

5.3 Objectivos específicos (competências/cidadania)

- Diagnosticar as situações ambientais aos níveis local, nacional, regional e do planeta terra;
- Demonstrar na sua relação quotidiana com o ambiente uma actuação, sempre com base no conhecimento;
- Relacionar-se, quotidianamente, de forma responsável com o ambiente;
- Avaliar criticamente os comportamentos em relação ao ambiente e à educação ambiental;
- Adoptar comportamentos capazes de influenciar as instituições e os cidadãos para a adopção e a manutenção de uma relação saudável com o ambiente;
- Elaborar planos exequíveis de solução para os problemas ambientais, ao nível de intervenção no ambiente e no domínio da educação ambiental;

5.4 Visão de futuro

Este plano de Educação Ambiental define como visão de futuro, “Um cidadão responsável e interveniente na preservação do ambiente a nível local, regional e nacional e susceptível de solicitar, requerer, e/ou organizar e conduzir actividades de educação ambiental”.

6. Eixos estratégicos de intervenção

Da análise do contexto resultante da resposta que a educação ambiental permitiu em Cabo Verde, decorrentes da implementação de actividades levadas a cabo até este momento, e dos desafios identificados, presentemente, este plano propõe seis eixos estratégicos que deverão orientar as intervenções de Educação Ambiental no horizonte de 2022:

De forma geral, os eixos estão para potencializar as Forças e as Oportunidades e anular as Fraquezas e as Ameaças decorrentes das análises SOWTs. De forma particular, cada um representa, pelo menos, um objectivo específico a ser alcançado.

1- A Capacitação dos Agentes Educativos,- garantir a educação ambiental por agentes capacitados em todas as frentes e manter um corpo de agentes formadores, reprodutores da formação, inclusive entre si;

2- Reforço da capacidade institucional, - contemplar, contribuir para, as condições da manutenção e elevação da qualidade da educação ambiental em cada uma das diferentes instituições;

3- A Articulação e o reforço de parcerias, - institucionalizar o trabalho em parcerias estratégicas e garantir a perenização da educação ambiental;

4- Os Estudos e as Pesquisas em Educação Ambiental, - contribuir para a inovação, a actualização e a produção do conhecimento, em relação directa com a evolução das necessidades;

5- A Comunicação, a Participação e a organização transversal – garantir a eficiência das parcerias ou da Cooperação Estratégica;

6- A Coordenação, o Seguimento e a Avaliação – contribuir para a eficácia da educação ambiental.

A eficiência e a eficácia da Educação Ambiental exigem que seja implementada, considerando a sistematicidade, a continuidade e a coerência, como características inerentes a qualquer educação como um todo, o que desde uma perspectiva filosófica é coerência entre os princípios, os meios e as finalidades. Nessa perspectiva, os cinco primeiros eixos devem ter o tratamento de sistema, e cada um deles, o de subsistemas nas suas actividades, abertas e dinâmicas, quer internamente, quer na relação com o exterior, servindo para tal o eixo, “Comunicação, a Participação e a organização transversal” com o auxílio do último, “Coordenação, Seguimento e Avaliação”.

6.1 - Conteúdos priorizados para a Educação Ambiental – definido um eixo “Capacitação dos Agentes”, convém determinar que conteúdos são prioritários, com base no quadro dos conceitos e no conjunto dos princípios que, convém realçar, só se tornam em valores, se adoptados como prática constante.

Também, convém frisar o valor de estratégia, desse conjunto, quando se pensa na transmissão de conhecimentos e formação de habilidades para um conjunto tão diversificado da sociedade civil, pois contém todos os dispositivos necessários ao desenho, ou concepção, de uma formação e que, juntamente com outros dados são os elementos constituintes de um programa de formação, ordenados da seguinte forma:

1-Os elementos enquadradores, ou explicativos:

- A Colaboração – justifica o programa implicando “a colaboração a nível central, regional e local, nos sectores público, privado” e ao “nível internacional”, serve de “Justificação”
- O Participativo – significa metodologia activa, de todos, na tomada de decisão, do diagnóstico à avaliação, portanto nos indica “Quem” elabora.
- O Abrangente – pode ser visto como sugerido a partir do ponto anterior, “A quem”, querendo já mostrar que “A eficácia virá na medida em que a sua abrangência atingir a totalidade dos grupos sociais.
- O Permanente – justifica o tempo longo, podendo indiciar a sequencialização das unidades, temas, capítulos do conteúdo cognitivo, é o “Quando”.

2- Os Elementos orientadores:

Conteúdos cognitivos:

- O Globalizador – remete para “O quê”, do quadro dos conceitos, e, juntamente com
- A Acção baseada na evidência – alarga e enriquece o leque de “O quê” transmitir: “as boas práticas”, “o melhor conhecimento científico disponível”, “o estado da arte” e “o conhecimento actualizado”.
- O Contextualizador – refina o “O quê” “a realidade de cada comunidade” e “a dimensão planetária”.

Conteúdos procedimentais:

- O Participativo – indica que para o processos de ensino-aprendizagem, ou contacto de com os conteúdos cognitivos, devem recair nas metodologias o “Como”;
- O Dinâmico integrativo – remete para um “Como” que pode estar na orientação geral, portanto na Justificação, o que, no entanto, não exclui orientações específicas de métodos, técnicas ou mesmo actividades, portanto o “Como” na condução das leccionação.
- O Transformador – indica os resultados objectivados, “A avaliação” que remete para: “mudanças de atitudes”, “nova visão” “novas posturas individuais e colectivas”, “novos valores”, “nova ordem ambientalmente sustentável”.

Neste ponto, torna-se necessário retomar o princípio “Contextualizador”, para viabilizar a proposta dos conteúdos “saneamento, água e biodiversidade” por serem os problemas, ou as questões, mais urgentes da nossa realidade. Todos podem ser iniciados pela 1ª Categoria, Níveis do Ser, podendo ser aprofundados ao nível horizontal, e/ou, ao vertical, não exactamente pela ordem do quadro. No entanto, pode, também, ser iniciado, pelo Nível 8, Respeito, coluna 2, “Necessidade de um ambiente bonito e saudável”, como conteúdo atitudinal, norteador, no pressuposto que “bonito” é vocábulo conhecido pelos escolares do 1º ano e ser, juntamente com o “saudável”, um chamariz tanto para o aluno e o estudante, como para membros da população, pois afinal vem a ser sinónimo de saneamento. Tentar, que esses dois vocábulos se tornem realidades, constitui, na maioria das vezes, um grande desafio, quando justificado com conhecimento a um nível teórico e/ou com uma visão empírica, para se chegar à consensualização como forma de se levar à prática.

Pode-se, também, seguir qualquer outro caminho, sobretudo quando se parte do conteúdo do princípio “Participativo”, que conjugado com o “Dinâmico integrador” propicia tanto novas visões como as revisões, com base nas necessidades do público alvo.

De uma forma geral, os princípios e os valores propostos, são pontos de partida e de chegada éticos, já que são tomados ou foram adoptados a partir da critica de uma prática de ensino tradicional, ou mesmo academicista, por outras palavras concentradas no educador e no conhecimento das humanidades, com pouco valor, na maioria das vezes para a solução dos problemas da maioria se não de todos. No entanto, o sentido mais profundamente ético, reside na procura do alcance do propósito “Compreensão”, tanto no ensino formal, porque elimina a prática da aprendizagem memorista, como na capacitação da população, por ser o meio que permite o engajamento, ou o compromisso, voluntariamente, e potenciador para a busca de solução em cada um dos envolvidos.

Como princípios e valores éticos, conseqüentemente, conduzem para a conformação de uma cidadania activa, por outras palavras, preocupada, participativa e colaboradora.

Para a concretização dos eixos estratégicos um conjunto de actividades de educação ambiental são previstas realizar no presente Plano como a seguir se indica no quadro resumo:

| Actividades | Acções |
|--|---|
| Ampliar o conhecimento sobre a percepção da população cabo-verdiana a respeito do ambiente e do saneamento do meio | Realizar pesquisas qualitativas sobre o ambiente e o saneamento do meio relacionando estes temas à saúde, turismo e desenvolvimento econômico |
| Aumentar pesquisas sobre os elementos do ambiente cabo-verdiano | Disponibilizar os resultados para as tomadas de decisões |
| Melhorar a eficácia dos programas de EA. Evitar desperdício de recursos, pessoal e infraestrutura | Relacionar, sistematizar e avaliar os programas de educação ambiental existentes. Redinamizar a rede nacional de educação ambiental |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Capacitar melhor o corpo docente das escolas de Cabo Verde em matéria de educação ambiental | - Relacionar, sistematizar e avaliar os programas e/ou projetos de capacitação de professores sobre temas ambientais e de saneamento. - Fazer a adequação de modo a incluir as diretrizes e fundamentos do Plano Nacional de EA | Incentivar o exercício da cidadania. | Criar painel digital para divulgar o Plano e também para demonstrar o progresso do andamento da execução do Plano de EA |
| Obter o apoio dos meios de comunicação social para a divulgação de programas educativos; ampliar o espectro de difusão nacional de ideias e conceitos sobre saneamento, desertificação, cidadania, empreendedorismo, cultura | Assinar protocolos de cooperação e fazer um levantamento a respeito de espaços para a difusão de matérias relacionadas ao saneamento, meio ambiente, educação ambiental, ecoturismo | Institucionalizar o seguimento e avaliação das actividades de educação ambiental em todos os sectores e níveis | Desenhar ferramentas de seguimento e avaliação de EA; Seguir e acompanhar a utilização das ferramentas Promover unidades de M&A de EA e formar pontos focais nos sectores |
| | | Ampliar os kits didácticos de EA (folhetos, cartilhas, dobráveis, cartazes, DVD, sketches, etc.) | Contratualizar empresas para desenhar os kits conforme necessidades identificadas |

PLANO DE ACÇÃO

| Actividades | Estratégias | Indicadores de realização | Período de execução | | | | | | | | | | Custo em ECV | Parceiros de Execução | | |
|--|---|--|---------------------|--------|--------|------|------|------|------|------|------|------|--------------|-----------------------|----------|---|
| | | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | | | | |
| 1-Capacitação dos Agentes Educativos 1.1- Realização de Seminários dirigidos a Formadores, Professores, Inspectores, Jornalistas, Líderes das Associações Comunitárias Agentes Municipais. | Elaborar TDR de formadores de Formadores em EA Abrir inscrição Seleccionar formadores Assinar um contrato com formadores | Número de formadores treinados em EA e de Instituições implicadas | X | | | | | | | | | | | | 150000 | DGA ME |
| 1.1.1. Realizar 2 acções de Formação de formadoras destinadas a 50 Formadores seleccionados | Realizar formação de formadores Elaborar plano de formação | Número de formadores treinados e no activo | x | | | x | | | | | | | | | 3200000 | DGA ME |
| 1.1.2. Realizar 45 acções de formação de 3 dias dirigidas a 25 professores de cada Escola Secundária do País | Seguir e acompanhar a execução do plano de formação em EA | Número de professores treinados em EA | x | x | x | x | | | | | | | | | 23000000 | DGA ME ES |
| 1.1.3 Realizar duas acções de informação e sensibilização de 1 dia destinadas aos jornalistas | | Número de jornalistas atingidos Número de Inspectores atingidos e número de sectores implicados | X x | X x | X x | x | | | x | | | x | | | 1500000 | DGA AJOC DGA |
| 1.1.4 Realizar uma acção de formação de 2 dias destinados a 25 Inspectores de Educação, Saúde, Actividades Económicas | | Número de Líderes das Associações Comunitárias Agentes Municipais treinados | | | | | | | | | | | | | 24000000 | Inspecções Gerais DGA |
| 1.1.5 Realizar 22 acções formações em EA dirigidas a 550 Líderes e Activistas das Associações Comunitárias de Base seleccionadas | | | | | | | | | | | | | | | 11500000 | Plataforma das ONG e Associação de Municípios |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----------|--|
| 1.2- Realização de Visitas de estudo | Mapear e divulgar sítios e projectos de interesse em EA | Percentual de Sítios de interesse mapeados e divulgados a partir de visita de estudo | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | 1000000 | DGA DGPCultural INIDA INGRH |
| 1.3-Dinamização de pares educadores em EA | Identificar pares educadores nas escolas secundárias; Elaborar um manual de pares educadores em EA; Treinar e seguir os pares educadores EA; | Número de Pares identificados e número de escolas ES implicadas; Número pares educadores treinados em EA Número de escolas de com plano de acção EA funcional | x | x | x | x | | x | x | x | x | | | | | 36800000 | DGA DGEBS EB ES |
| 1.4- Realização de intercâmbio de Educação Ambiental entre os parceiros | Divulgar as boas práticas | Percentual de parceiros com intercâmbios realizados | | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | | 900000 | DGA |
| 2-Reforço da capacidade institucional | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.1-Fomento de micro projectos de EA | Incentivar e Elaborar projectos de reabilitação e conservação nas escolas e nas comunidades: Limpeza/manutenção, protecção da biodiversidade Reutilização e reciclagem de materiais Criação de centros de interesse e/ou clubes | Percentagem de escolas com projectos EA em curso | | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | | 13000000 | DGA Associação de Municípios |
| 2.2-Uso de novas tecnologias | Recorrer a iniciativas verdes, limpas nas escolas e associações | Percentagem de escolas associações com projectos-piloto em iniciativas verdes e novas tecnologias | x | x | | x | x | | x | x | | | | | | 5400000 | DGA Associação de Municípios Escolas Técnicas Plataforma ONG |
| 2.3- Fomento a disponibilização de recursos pedagógicos | Definir e produzir um kit de EA adaptado e disponível às escolas e comunidades | Número de escolas e comunidades com kit EA adaptado e em uso | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | | 15000000 | DGA ME |
| 2.3.1 - Elaboração de guia de educação ambiental na escola e na comunidade | | percentagem de escolas e outras Instituições que utilizam o guia de ea | x | | | | | | | | | | | | | 900000 | DGA Associação de Municípios Plataforma ONG |
| 2.3.2 - Reprodução de guia de educação ambiental na escola e na comunidade | | Numero de exemplares de guia EA reproduzido | x | | | | | | | | | | | | | 300000 | |
| 2.3.3- dotação de bibliotecas escolares de bibliografia sobre ambiente | | Percentagem de escolas com bibliografia disponível sobre o ambiente | x | x | x | | | | | | | | | | | 6750000 | DGA ME |
| 2.3.4 - Aquisição de materiais de escritório e informáticos para a Unidade de M&A de EA | | Unidade de M&A funcional | x | | | | | | | | | | | | | 1000000 | DGA ME |
| 3-Articulação e reforço de parcerias/Cooperação Estratégica | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.1-Assinatura de Protocolos entre DGA e ME | Elaborar protocolos de parceria e de cooperação com definição de mecanismos de execução do Plano EA | Protocolos assinados a nível central e descentralizado Número de reuniões de concertação realizadas entre as instituições Número de escolas básicas, secundárias, profissionais e outras que realizam actividades EA e que submetem a tempo os seus relatórios Número de escolas básicas, secundárias, profissionais e outras que recebem missões conjunta de supervisão | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | | 1000000 | DGA |

Tratando-se de um plano de Educação Ambiental, deve-se promover acções duráveis que engajem ao máximo o número de actores, sobretudo os que intervêm ao nível formal de ensino.

9. Bibliografia

CASTRO, A. A. et al. Saneamento. Belo Horizonte: FEAM, 1995. 221p. (Manual de Saneamento e Protecção Ambiental para os Municípios, 2)

MAAP, Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente 2014

MAAP, Plano Intersectorial: Ambiente, Educação, Formação, Informação e Sensibilização,

MAAP, Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, documento síntese, 2004

Marcatto Celso, Educação ambiental: conceitos e princípios, FEAM, 2002

MEC, “Manual de Operações do Fundo de Melhoria de Qualidade e Inovação – QIF”,

10. ANEXOS

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a protecção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na acção social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, das nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para o nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I – Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e acções que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades justa e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si uma relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e colectiva a nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão colectiva da natureza sistémica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir, por parte da maioria. Consideramos que são inerentes à crise, a erosão dos valores básicos e a alimentação, e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção do seu futuro.

É fundamental que as comunidades planeiem e implementem as suas próprias alternativas às políticas vigentes. De entre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes

e reformas económicas que mantem o actual modelo de crescimento com os seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência da conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

II- Princípios da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, nos seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3. A educação ambiental é individual e colectiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É acto político, baseado em valores para a transformação social.

5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interacção entre as culturas.

7. A educação ambiental deve tratar as questões globais e críticas, suas inter-relações em uma perspectiva sistémica, em seus contextos social e histórico. Aspectos primordiais relacionados com o desenvolvimento e o ambiente, tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e da fauna devem ser abordados desta maneira.

8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, reflectir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingue.

10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os sectores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12. A educação ambiental deve ser planeada para capacitar as pessoas a trabalharem os conflitos de maneira justa e humana.

13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de género, idade, religião de classe ou mentais.

14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e o seu comprometimento com os interesses de todos os sectores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável, e os meios de comunicação de massa devem ser transformados nem canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e acções. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar os seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III – Plano de Acção

As organizações que assinam este tratado propõem-se implementar as seguintes directrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo Rio 92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e das suas organizações.

2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante o Rio 92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela conferência das nações unidas para o ambiente e desenvolvimento – UNCED; utilizar as conclusões em acções educativas.

4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objectivando a tomada de consciência para a transformação.

5. Incentivar a produção de conhecimento, políticos, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerir o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7. Estimular posturas individuais e colectivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9. Promover a co-responsabilidade dos géneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.

10. Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam responsáveis.

11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de acção Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

13. Promover relações de parceria e cooperação entre as ONG e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, ONUMA, FAO, entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de acção para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de acções conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.

17. Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas económica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18. Actuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19. Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

20. Fortalecer as organizações e os movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas actividades e que as comunidades incorporem em seu quotidiano a questão ambiental.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projectos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

IV – Sistema de Coordenação, Monitorização e avaliação

Todos os que assinam este tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global através de campanhas individuais e colectivas, promovidas por ONG, movimentos sociais e outros

2. Estimular e criar organizações, grupo de ONG e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

3. Produzir matérias de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em acções educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas nos média, ferias de criatividade popular, correio electrónico e outro.

4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste tratado.

5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores, ambientais

6. Garantir a realização a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

7. Coordenar acções de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efectiva solidariedade internacional.

8. Estimular articulações ONG e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V – Grupos e serem envolvidos

Este tratado é dirigido a:

1. Organizações dos movimentos sociais- ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de birro e outros.

2. ONG comprometidas com os movimentos sociais de carácter popular.

3. Profissionais de educação interessados em implantar ou implementar programas voltados para a questão ambiental tanto nas redes formais de ensino, como em outros espaços educacionais.

4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democráticos, iniciando um anova política de comunicação de massas.

5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.

6. Grupos religiosos interessados em actuar junto às organizações dos movimentos sociais.

7. Governos locais e nacionais capazes de actuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.

8. Empresários (as) comprometidos (as) em actuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes cm os princípios e propostas deste Tratado.

VI – Recursos

Todas as organizações que assinam este Tratado se comprometem:

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.

2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os sectores da administração pública, com a participação directa de ONG e movimentos sociais.

3. Propor políticas económicas que estimulem empresas a desenvolverem e aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental parte do treinamento de pessoal e para comunidade em geral.

4. Incentivar as agências financiadoras a alocarem recursos significativos a projectos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projectos a serem aprovados, sempre que possível.

5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das ONG e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

Acrónimos

ADAD – Associação Ambiental para o Ambiente e Desenvolvimento

CILSS – Comité-permanente Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

DECRP III - Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012-2016)

DGA – Direcção Geral do Ambiente

DGAEA – Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos

DGPC- Direcção Geral do Património Cultural

EA – educação ambiental

FOFA (SWOT) – quadro lógico de análise das forças, oportunidades, fraquezas, e ameaças

HABITAT II - Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos

MAHOT – Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território

INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

ME – Ministério de Educação

ONG – Organizações não-Governamentais

ONU – Organização da Nações Unidas

PAIS-Educação – Plano de Acção Inter-sectorial de Educação

PANA-II – Plano Nacional para o Ambiente II (2004-2014)

PFIE – Programme de Formation Information sur l'Environnement

PNUA (UNEP) – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

PSE – Programa Saheliano de Educação

SIA – Sistema de Informação Ambiental da Direcção Geral do Ambiente

TDR – termos de referência

UNCED/92 - Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICV – Universidade Pública de Cabo Verde

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*